

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação Lato Sensu

Clarice Souza Novais

**CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS PARA O
FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Teófilo Otoni

2024

Clarice Souza Novais

**CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS PARA O
FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação em Direitos Humanos.

Orientador: Dr. Bernat Vinolas Prat

Coorientador: Me. Ricardo de Oliveira Brasil Costa

Teófilo Otoni

2024

**Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

N935c NOVAIS, CLARICE SOUZA
2025 Contribuição dos Movimentos Sociais Indígenas para o
Fortalecimento da Educação nas Comunidades Tradicionais
[manuscrito] / CLARICE SOUZA NOVAIS. -- Diamantina, 2025.
33 p.

Orientador: Prof. Bernat Vinolas Prat.
Coorientador: Prof. Ricardo de Oliveira Brasil Costa.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos
Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos
Humanos, Diamantina, 2025.

1. Movimentos sociais indígenas. 2. Educação
intercultural. 3. Comunidades Tradicionais. 4. Educação e
Direitos Humanos. 5. Educação Indígena. I. Vinolas Prat,
Bernat. II. de Oliveira Brasil Costa, Ricardo . III.
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. IV.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-
2886
e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

Clarice Souza Novais

**CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS PARA O FORTALECIMENTO
DA EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Especialista em Educação em Direitos Humanos, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

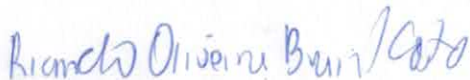
Orientador: Bernat Vinolas Prat

Data de aprovação 13/01/2025



Prof. Dr. Bernat Vinolas Prat

Programa de Pós graduação Saúde Sociedade
e Ambiente – UFVJM – Orientador(a)



Prof. Me. Ricardo de Oliveira Brasil Costa
Programa de Pós graduação Saúde Sociedade
e Ambiente – UFVJM – Coorientador(a)



Me. Alexandra Brasil Costa Freire
Programa de Pós graduação Saúde Sociedade
e Ambiente – UFVJM



Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho
Programa de Pós graduação Saúde Sociedade
e Ambiente – UFVJM

Diamantina

2025

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos e familiares, e a Deus pela intercessão da mãe de Jesus que me sustentou até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as coisas e a Nossa Senhora pela intercessão. À minha mãe Maria Aparecida pela luta diária e empenho incansável para nos dar educação, afeto e amor incondicional. Ao meu pai Paulo José pela força em estar sempre presente em nossas vidas. Aos meus irmãos Paulo Victor e Maria Paula pelo incentivo que me deram ao longo desses anos. Ao meu esposo Higor que tanto me apoiou nessa jornada. A toda a minha família que não cessa em me apoiar em todos os meus processos e aos meus amigos pela atenção e carinho. Em especial agradeço ao meu coorientador Ricardo Brasil pela atenção e empenho em me direcionar nesse momento importante, e pelo orientador Bernat Vinolas. E, por fim, à UFVJM, uma instituição que possibilita o aprendizado de forma democrática e pautada no desenvolvimento social.

RESUMO

A educação é um direito fundamental e um instrumento de emancipação social. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição dos movimentos sociais indígenas para o fortalecimento da educação nas comunidades tradicionais do Brasil, e destaca o papel da organização dessas comunidades indígenas na defesa de uma educação intercultural e pautada na defesa dos direitos humanos. O objetivo central deste estudo é compreender como os movimentos sociais indígenas têm articulado suas reivindicações e práticas educativas, promovendo uma educação que respeite e valorize sua cultura e que ofereça melhores oportunidades para a população que tem como objetivo combater a desigualdade social existente. O trabalho também analisa a maneira com a qual essas iniciativas têm contribuído para a construção de políticas públicas de educação voltadas para os povos indígenas, fortalecendo a autonomia e o protagonismo das comunidades tradicionais. A pesquisa utiliza o método bibliográfico, com uma análise qualitativa de dados, a partir da revisão de literatura acadêmica, documentos institucionais, legislação pertinente e materiais de fontes de pesquisa relacionadas com o tema. A análise qualitativa será baseada em uma abordagem interpretativa, buscando compreender as narrativas e práticas que emergem dos movimentos sociais indígenas e como estas se refletem no contexto educacional. Por fim, é possível entender que os movimentos sociais indígenas são essenciais para o fortalecimento da luta por uma educação que seja inclusiva e que atenda às necessidades e aspirações dessas comunidades que são específicas e possuem suas singularidades.

Palavras-chave: Movimentos sociais indígenas; Educação intercultural; Comunidades Tradicionais; Educação e Direitos Humanos;

ABSTRACT

Education is a fundamental right and an instrument of social emancipation. Thus, this work aims to analyze the contribution of indigenous social movements to strengthening education in traditional communities in Brazil, and highlights the role of the organization of these indigenous communities in defending intercultural education based on the defense of human rights. The central objective of this study is to understand how indigenous social movements have articulated their demands and educational practices, promoting education that respects and values their culture and that offers better opportunities for the population that aims to combat existing social inequality. The work also analyzes the way in which these initiatives have contributed to the construction of public education policies aimed at indigenous peoples, strengthening the autonomy and protagonism of traditional communities. The research uses the bibliographic method, with a qualitative data analysis, based on the review of academic literature, institutional documents, relevant legislation and materials from research sources related to the topic. The qualitative analysis will be based on an interpretative approach, seeking to understand the narratives and practices that emerge from indigenous social movements and how these are reflected in the educational context. Finally, it is possible to understand that indigenous social movements are essential for strengthening the fight for an education that is inclusive and that meets the needs and aspirations of these communities, which are specific and have their own uniqueness.

Keywords: Indigenous social movements; Intercultural education; Traditional Communities; Human Rights;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Fortalecimento da educação nas comunidades indígenas à luz das diretrizes do PNEDH.....	13
2.2 Contribuição dos movimentos sociais indígenas para o fortalecimento da educação nas comunidades tradicionais.....	17
3. METODOLOGIA.....	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
4.1 Os obstáculos enfrentados para elaboração da pesquisa.....	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os movimentos sociais indígenas têm sido uma grande ferramenta de fortalecimento da luta pelo reconhecimento de seus direitos e na promoção de políticas públicas que proporcionem condições dignas de existência e valorizem suas culturas, línguas e tradições. Entre as diversas frentes de atuação, a educação tem se destacado como uma das principais áreas de reivindicação, sendo considerada por muitos desses movimentos como um instrumento fundamental para a preservação da identidade cultural e para a construção da autonomia das comunidades tradicionais. Este trabalho se propõe a investigar a contribuição desses movimentos para o fortalecimento da educação nas comunidades indígenas, analisando de que forma suas demandas e práticas têm influenciado a formulação e implementação de políticas educacionais no Brasil.

Historicamente, a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas foi marcada por processos de exclusão, dominação e tentativas de assimilação cultural, que se refletiram nas práticas educativas destinadas a essas populações. Desde a colonização ocorrida no Brasil, a pessoa indígena é tida como uma fonte de mão de obra e de escravização, e, em seguida, como um obstáculo para a chegada do progresso. O que sugere uma assimilação forçada por meio da violência à cultura ocidental. A invasão de território, formas de violência, extermínio e genocídio ocorridos com essa população traduzem uma devastação ocorrida no país. (MORAIS e PALMA, 2019.)

Durante muitos anos, a educação oferecida nas escolas indígenas esteve pautada em uma perspectiva homogeneizadora, que desconsiderava as especificidades culturais, linguísticas e sociais dos povos originários (MORAIS e PALMA, 2019). No entanto, a partir do final do século XX, um novo cenário começou a se desenhar, impulsionado pela mobilização de movimentos indígenas que passaram a reivindicar uma educação diferenciada, intercultural, e adaptada à realidade de suas comunidades.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 representaram marcos importantes ao reconhecerem a diversidade étnica e cultural do país e ao estabelecerem o direito a uma educação que respeite as especificidades dos povos indígenas. Apesar desses

avanços normativos, a implementação de uma educação indígena que de fato atenda às necessidades e anseios das comunidades tradicionais tem enfrentado inúmeros desafios, como a falta de recursos, a escassez de materiais didáticos adequados, à formação insuficiente de professores indígenas e a descontinuidade das políticas públicas.

É nesse cenário de avanços e desafios que os movimentos sociais indígenas emergem como protagonistas na luta pela construção de uma educação que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e emancipatória. Eles não apenas denunciam as limitações e os retrocessos das políticas educacionais, mas também apresentam propostas concretas para a sua superação, promovendo práticas educativas inovadoras que valorizam os saberes tradicionais, a língua materna e a cosmovisão indígena. Além disso, os movimentos sociais indígenas têm desempenhado um papel fundamental na articulação com outros setores da sociedade civil e na influência sobre as políticas públicas, contribuindo para a construção de um modelo educacional que reconheça e celebre a pluralidade cultural do país.

A análise da contribuição dos movimentos sociais indígenas para o fortalecimento da educação nas comunidades tradicionais é, portanto, de grande relevância acadêmica e social. Ao estudar como esses movimentos têm articulado suas reivindicações, estratégias e práticas, busca-se não apenas compreender melhor os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas no campo da educação, mas também destacar o papel central que esses movimentos desempenham na promoção de uma educação mais justa e democrática.

Este trabalho utilizará uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, para explorar as contribuições dos movimentos sociais indígenas à educação nas comunidades tradicionais. Através da análise de documentos, relatórios, estudos acadêmicos e narrativas de lideranças indígenas, pretende-se entender como essas iniciativas têm fortalecido a identidade cultural, promovido a autonomia comunitária e influenciado as políticas públicas de educação. Dessa forma, este estudo visa contribuir para o debate sobre a importância de uma educação intercultural, que, segundo Fleuri (2001, p.7):

Refere-se à ênfase nos sujeitos da relação. Neste sentido, a educação intercultural desenvolve-se como relação entre pessoas de culturas diferentes. Não simplesmente entre “culturas” entendidas de modo abstrato. Valoriza-se prioritariamente os sujeitos que são os criadores e

sustentadores das culturas. As culturas não existem abstratamente. São saberes de grupos e de pessoas históricas, das quais jamais podem ser completamente separáveis.

Portanto, essa educação estabelecida de maneira plural deve reconhecer e respeitar as especificidades vinculadas aos direitos dos povos indígenas, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam a sua implementação efetiva e contínua.

Ainda, esse trabalho fundamenta-se nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo PNEDH, que busca promover a educação em direitos humanos como ferramenta para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática. O PNEDH reconhece a educação em direitos humanos como um direito universal, abrangendo o respeito às identidades culturais, às tradições e aos conhecimentos dos povos indígenas. O fortalecimento da educação nas comunidades tradicionais, conforme proposto pelo trabalho, alinha-se aos eixos prioritários do plano, que incluem a valorização da diversidade e a promoção da igualdade, além do reconhecimento e da inclusão dos sujeitos historicamente excluídos no processo educacional.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica sobre a contribuição dos movimentos sociais indígenas para o fortalecimento da educação nas comunidades tradicionais, com foco na promoção dos direitos educacionais e na valorização das culturas indígenas. Onde serão feitas atividades a fim de mapear a produção acadêmica existente sobre a atuação dos movimentos sociais indígenas na defesa e promoção de uma educação inclusiva para as comunidades tradicionais. Identificar os principais temas e debates abordados na literatura sobre a relação entre movimentos sociais indígenas e educação, com ênfase na valorização cultural e nas políticas educacionais. Sistematizar as estratégias e ações relatadas na literatura, empregadas pelos movimentos sociais indígenas para fortalecer a educação em suas comunidades. Analisar os desafios e as conquistas descritas na literatura em relação ao impacto das políticas públicas educacionais para os povos indígenas, conforme as perspectivas dos movimentos sociais. E, Sugerir lacunas e possibilidades para pesquisas futuras com base na revisão bibliográfica, visando aprofundar o entendimento sobre a interseção entre movimentos sociais, educação e direitos

humanos nas comunidades tradicionais.

Neste contexto, os movimentos sociais indígenas atuam na defesa e na promoção dos direitos educacionais de suas comunidades, contribuindo para a construção de políticas públicas que atendam às necessidades específicas e respeitem as particularidades culturais desses povos. O trabalho aborda justamente essa contribuição, destacando o papel ativo dos movimentos sociais na luta por uma educação inclusiva e de qualidade, que atenda aos princípios do PNEDH, especialmente no que tange ao fortalecimento da identidade, à resistência cultural e ao acesso igualitário à educação. Portanto, o estudo reforça a importância de políticas educacionais que dialoguem com a realidade e os anseios das comunidades tradicionais, promovendo uma educação em direitos humanos que seja não apenas inclusiva, mas também transformadora e comprometida com a justiça social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fortalecimento da educação nas comunidades indígenas à luz das diretrizes do PNEDH.

A questão indígena é pauta de diversos debates no Brasil, pois traz consigo traços da identidade cultural dos brasileiros e a forma com a qual se desenvolveu a formação histórica do país, traçada por diversas características específicas. Assim, neste item serão abordados aspectos sobre como se desenvolve a educação nessas comunidades originárias e como isso se coloca frente às diretrizes do PNEDH.

Primeiro, é necessário apontar alguns aspectos gerais sobre o PNEDH. O Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) foi criado no ano de 2003 é uma iniciativa que busca promover uma cultura de direitos humanos por meio da educação no Brasil. Desenvolvido para integrar valores e princípios dos direitos humanos no ambiente educacional, o PNEDH abrange uma série de diretrizes e políticas voltadas à promoção de uma educação inclusiva, democrática e que valorize a diversidade. Criado a partir de diálogos entre o governo, organizações da sociedade civil e comunidades acadêmicas, o programa visa uma conscientização coletiva em prol do respeito aos direitos humanos em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até a educação superior (BRASIL, 2003).

O PNEDH se estrutura em cinco eixos orientadores: Educação Básica,

Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais de Justiça e Segurança, e Educação e Mídia. Cada um desses eixos possui diretrizes e objetivos específicos para assegurar a formação de uma cidadania ativa (BENEVIDES, 2016), conceito pautado na participação popular, realização de conselhos, plebiscitos, grupos de reivindicações que tenham como eixo principal a luta pelo fortalecimento dos direitos da população. Na Educação Básica, por exemplo, o foco está em inserir temas de direitos humanos nas disciplinas do currículo escolar, promovendo o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de discriminação. Já na Educação Superior, o objetivo é preparar profissionais que, ao entrarem no mercado de trabalho, estejam comprometidos com a promoção e a defesa dos direitos humanos. (BRASIL, 2003).

Outro aspecto importante do PNEDH é seu compromisso com a educação não-formal, que busca alcançar públicos que não necessariamente estão inseridos no sistema educacional regular. Por meio de parcerias com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, o PNEDH promove atividades educativas em comunidades, empresas e até mesmo junto a grupos em situação de vulnerabilidade social. Esse enfoque ampliado visa que os princípios dos direitos humanos permeiam diferentes espaços da sociedade, ajudando a construir uma rede de conscientização e respeito aos direitos fundamentais que vai além do ambiente escolar. (BRASIL, 2003)

A educação nas comunidades indígenas, por exemplo, se enquadra principalmente no eixo da Educação Básica do PNEDH, que abrange iniciativas voltadas à promoção dos direitos humanos e da inclusão em contextos escolares formais. Esse eixo inclui diretrizes para uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural, promovendo a inclusão de conhecimentos tradicionais e saberes indígenas. Dentro desse contexto, o PNEDH incentiva práticas pedagógicas que considerem a identidade, a língua e a cultura das comunidades indígenas, garantindo uma educação diferenciada e intercultural que contribua para o fortalecimento dos direitos e da autonomia dessas populações. Além disso, também interage com a Educação Não-Formal, que, em parcerias com organizações e movimentos sociais, complementa o processo educativo nas comunidades, abordando temas específicos de direitos humanos em espaços comunitários. (BRASIL, 2003).

Postos esses elementos mais abrangentes do PNEDH, é necessário

introduzir como a educação voltada para os direitos humanos é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa e pautada no respeito mútuo, uma vez que garantem a dignidade e o respeito a todos os indivíduos, independentemente de sua origem, raça, gênero ou condição social.

Assim, ao estabelecer um conjunto de normas e princípios que asseguram a liberdade, a igualdade e a justiça, os direitos humanos promovem um ambiente onde as pessoas podem exercer seus direitos plenamente. Essa base ética é necessária para fomentar a coesão social, já que o reconhecimento e a proteção dos direitos humanos contribuem para a redução da violência social e institucional e a promoção do diálogo entre diferentes grupos sociais (ZENAIDE, 2018).

Além disso, a proteção dos direitos humanos é um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Sociedades que respeitam e promovem os direitos humanos tendem a apresentar maiores índices de desenvolvimento humano, como acesso à educação de qualidade, saúde, emprego e igualdade de oportunidades. O respeito a esses direitos gera um ambiente de confiança e segurança, essencial para o investimento econômico, a inovação e o crescimento sustentável, contribuindo ativamente para o progresso coletivo.

Ao longo do tempo foi possível perceber a expressividade das violações dos direitos humanos. Por isso, foram elaboradas Cartas, Declarações e Convenções que tratam de desenvolver um direcionamento ético para a proteção dos direitos humanos. Essas cartas também esclarecem que a educação em direitos humanos é um dos mecanismos de ação para o combate às violações. Um dos elementos que norteiam esse aspecto é a Carta das Nações Unidas (1945). O artigo 26º destaca que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

O texto acima explica sobre o acesso à educação por todos os indivíduos e também fala sobre a importância da educação ser pautada nos direitos humanos

tendo como objetivo principal atuar na promoção da cidadania ativa e na construção de uma sociedade justa e igualitária. Ao integrar os princípios dos direitos humanos nos currículos educacionais, busca-se sensibilizar os estudantes sobre a importância do respeito à dignidade humana, à diversidade cultural e ao combate ativo a todas as formas de discriminação. Essa abordagem não apenas enriquece o aprendizado dos alunos, mas também os empodera para que se tornem agentes de mudança em suas comunidades. A educação em direitos humanos contribui para a formação de uma geração mais consciente, capaz de reconhecer e reivindicar seus direitos, bem como de respeitar os direitos dos outros.

As diretrizes do PNEDH voltadas para a educação têm como objetivo central promover uma cultura de respeito, inclusão e valorização da diversidade em todos os níveis de ensino. Entre as diretrizes, destacam-se a inclusão de temas de direitos humanos nos currículos escolares, a formação de educadores sensíveis à pluralidade cultural e o incentivo ao respeito às diferentes identidades. Essas ações buscam preparar estudantes para uma sociedade democrática, onde a diversidade é respeitada e as desigualdades são combatidas. Nas comunidades indígenas, essas diretrizes têm um impacto essencial, pois promovem uma educação que valoriza as especificidades culturais, linguísticas e históricas dos povos indígenas, ao mesmo tempo que assegura o acesso a uma educação formal que fortalece a sua cidadania e autonomia. (ZENAIDE, 2018).

Assim, esse programa propõe fortalecer a educação indígena ao valorizar a diversidade cultural e garantir o direito a uma educação diferenciada e intercultural, respeitando as especificidades dos povos indígenas. O programa incentiva a elaboração de políticas públicas que integrem os saberes tradicionais aos conteúdos formais, promovendo a preservação das línguas e culturas indígenas. Por meio de diretrizes voltadas à formação de professores, o PNEDH busca preparar educadores para compreenderem e respeitarem a realidade das comunidades indígenas, além de estimular a produção de materiais didáticos específicos. Essas medidas reforçam o papel da educação como um instrumento de empoderamento e autonomia, possibilitando que as comunidades indígenas desenvolvam soluções que dialoguem com suas tradições e com o contexto contemporâneo (POJO, BERG e ALBUQUERQUE, 2008).

Apesar das diretrizes do PNEDH, os resultados práticos apresentam desafios. Em algumas regiões, há avanços na implementação de escolas indígenas e na formação de professores indígenas, que têm contribuído para a valorização dos saberes tradicionais e fortalecimento das comunidades. No entanto, em outras localidades, ainda há falta de recursos, infraestrutura e materiais adequados, comprometendo a eficácia das diretrizes propostas. Além disso, a centralização das políticas educacionais nem sempre considera as realidades locais e as particularidades de cada etnia, o que dificulta a aplicação prática dos princípios do PNEDH. Assim, embora o programa tenha potencial transformador, seu impacto depende de uma implementação mais consistente e de um diálogo efetivo entre as comunidades indígenas e os gestores públicos. (POJO, BERG e ALBUQUERQUE, 2008).

Portanto, a educação nas comunidades indígenas é concebida como um processo integrado à vida comunitária, que vai além da mera transmissão de conhecimentos escolares. A partir da perspectiva indígena, a educação deve estar profundamente enraizada na valorização dos saberes tradicionais, na preservação da língua materna e na vivência cultural cotidiana. Esse modelo educativo pretende priorizar a aprendizagem através da oralidade, da convivência intergeracional e do respeito à natureza, promovendo uma conexão orgânica entre o indivíduo, sua comunidade e o ambiente ao seu redor. Para essas comunidades, a educação não se limita ao ambiente escolar, mas se estende aos rituais, às práticas agrícolas, aos costumes e às histórias que mantêm viva a identidade coletiva. Assim, o saber tradicional e a cultura desempenham um papel central na formação dos indivíduos, assegurando a continuidade de suas tradições e fortalecendo sua autonomia frente aos desafios externos.

2.2 Contribuição dos movimentos sociais indígenas para o fortalecimento da educação nas comunidades tradicionais

A história da população indígena brasileira é, em si, traduzida nas várias formas de luta, seja no modo em que resistiu no período de inserção da cultura europeia, e invasão dos portugueses, quanto nos tempos atuais onde tem direitos suprimidos e ameaças constantes à sua existência. Apesar disto, seu protagonismo

não é exposto para que os brasileiros possam identificar e se fazerem pertencentes desta história. Os povos indígenas na maior parte das vezes são colocados como algo a ser dominado, explorado ou vencido. (VALENTE, 2017)

É necessário, portanto, fazer uma breve introdução de como a resistência indígena se inicia. Sobre o aspecto resistência, pode-se afirmar conforme Valente (2017), que ela se iniciou no decurso do período de maior inserção dos povos europeus no país, durante a elaboração das capitanias hereditárias, no começo do Brasil-Colônia. Os acirramentos se intensificavam a medida em que os territórios indígenas iam sendo invadidos e conforme a relação de exploração e escravidão pela qual os europeus os submetiam, iniciando, portanto, guerras violentas que exigiam estratégias de combate dos índios. Neste sentido, se faz necessária a análise de que as dificuldades enfrentadas pelos povos originários nascem desse momento de usurpação, onde se veem na inevitabilidade do enfrentamento e da organização do seu grupo.

Darcy Ribeiro¹ (1970, p.59) afirma que uma das formas eficientes de organização entre os povos indígenas era por meio do tronco linguístico. Ele trazia uma unificação cultural que proporciona a esses povos uma intercomunicação nas tribos:

(...) coexistem e convivem intensamente diversas tribos formando um verdadeiro mosaico lingüístico em que estão representados os Tupi, por dois grupos, os Aruak, por três, os Karib, por quatro, os Jê, por um e, ainda, uma língua alófila, o Trumái. Em contraste com a diversidade de línguas, aquelas tribos apresentam uma uniformidade cultural que vai desde a participação de todas no mesmo equipamento adaptativo, até formas comuns de organização social e uma visão do mundo essencialmente idêntica. Tamanha uniformidade só pode ter resultado de um processo secular de interinfluenciamento que culminou com o estabelecimento de um verdadeiro sistema de relações intertribais, hoje fundamental para a sobrevivência de cada grupo.

Como visto, a linguagem própria e característica originária desses povos se configura como uma forma de resistência. O que retrata a importância de, até os dias de hoje, a educação ser voltada para a conservação do tronco linguístico indígena. Pois, embora dotados de características culturais marcantes, os povos

¹ 1922-1997. Diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC (1957-61); presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Participou com Anísio Teixeira, da defesa da escola pública por ocasião da discussão de Lei de Diretrizes e Bases da Educação; criou a Universidade de Brasília, de que foi o primeiro reitor; foi ministro da Educação e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart. Com o golpe militar de 64, teve os direitos políticos cassados e se exilou. Academia Brasileira de Letras

indígenas no Brasil passaram por um processo de aculturação que prejudicou a conservação de seus costumes. As migrações que se viam (e veem) forçadas a fazer devido à disputa de territórios é uma das principais causas dessa aculturação. Contato com outras formas de organização, inserção de novas culturas vindas da Europa e África, genocídio em larga escala, evangelização nas missões jesuíticas foram alguns dos problemas que ocasiona este desdobramento. Também se pode pontuar a Europeização da pessoa indígena, onde se coloca a cultura europeia como superior e “civilizada” com relação à cultura indígena, e se impõe as formas de adequação.

A princípio os povos indígenas resistiram à invasão portuguesa pelas guerras que custou a vida de milhares, conforme o que fala Florestan Fernandes² (2015), essas guerras eram os principais meios de resistência indígena para com os invasores, pois há, junto da cultura, uma religiosidade em torno do significado da guerra. Esta pode caracterizar uma forma de vingança e de reagir às diversas violências sofridas. Também se transforma numa possibilidade de conquista de territórios e sobrevivência, demonstrando que a organização indígena era necessária.

Desse modo, vai se delineando a forma pela qual a atuação da resistência indígena se torna importante até os dias atuais, onde gradualmente, entre conflitos, esses povos vão sendo ameaçados e colocados às margens. Neste movimento de readequação do indígena frente às mudanças impostas, coube a esses povos a elaboração de estratégias de sobrevivência, unindo-se entre si. Ao passar desses anos foi se instalando aos poucos no Brasil, de forma gradativa, os primeiros traços do sistema capitalista, já no século XX, onde em outros países iniciara no XIX. Em conjunto com a ditadura militar iniciada em 1964, os processos tecnológicos foram se estabelecendo no Brasil (NETTO, 2005). E esta análise se faz necessária para o entendimento de que cada vez mais, os povos originários foram perdendo seus territórios, ao inserir o processo de inserção global no Brasil, isso se intensificou.

A conjuntura de ditadura militar também caracterizou um grande massacre dos povos indígenas, ao ponto que, todas as formas de resistência eram suprimidas,

² 1920 - 1995. Um dos mais importantes sociólogos brasileiros do século XX levanta uma questão comum. Muitos se perguntam o que Florestan Fernandes defendia. De origem humilde, viveu as consequências da desigualdade social no Brasil. Por isso, dedicou sua obra intelectual e sua vida a defender as seguintes pautas: a redução desta desigualdade, a inserção do negro na sociedade brasileira e a democratização do ensino. PORTAL, Brasil Paralelo.

com a organização desses grupos em prol de seus direitos não foi diferente, conforme estudo da NATIONAL GEOGRAPHIC (2019, p.01) “De 1974 a 1983, grandes obras na Amazônia serviram de pretexto para genocídio cometido pelo regime, por meio de bombardeios, chacinas e destruição de locais sagrados...” a rede de televisão norte-americana afirma ainda que cerca de 8.350 indígenas foram mortos nas chacinas entre os anos 1946 e 1988.

Nesse sentido, frente ao retrocesso de uma sociedade ultraconservadora e violenta, não restou alternativa a não ser a organização popular indígena, em face de terem seus direitos e liberdade de expressão ceifados, levando em conta o massacre e genocídio. O portal Memórias da Ditadura relata como um fato marcante da resistência indígena no período ditatorial foi a ocorrência de inúmeras assembleias com lideranças indígenas no intuito de despertar na população a busca pela garantia de melhores condições de existência. A primeira dessas assembleias a nível nacional e, portanto, a mais marcante, ocorrera em Abril de 1974 em Diamantino-MT, caracterizando uma importante iniciativa da intervenção popular mediante aos desmandos ocasionados pela ditadura. Em decorrência dessa assembleia a 42 população indígena obteve progressos significativos como a elaboração posterior (em 1980) da União das Nações Indígenas (UNI), bem como, os direitos inseridos na Constituição Federal de 1988.

Nesse enredo, novamente leva-se em consideração refletir às múltiplas resistências indígenas, os números apontados acima não podem ser considerados apenas números, mas motivo de indignação que leva à necessidade da luta e do movimento social indígena. Entendendo – os como:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.(GOHN, 2011; p. 335)

GOHN (2011), define os anos 1970/1980 como “era movimentista”, pois ocorreu uma grande eclosão de vários movimentos sociais sob a organização popular. Este período também caracterizou o ápice da luta pela derrubada da ditadura militar que persistiu por longos 21 anos. O fortalecimento de movimentos de bases sindicais como o movimento dos trabalhadores do ABC Paulista, que organizou greves dos operários, incentivando outros movimentos operários e

abertura de sindicatos por todo o país, este movimento se tornou tão forte que deu vida à Central Única dos Trabalhadores – CUT e outras organizações. Os movimentos eclesiais de base no papel das pastorais e encontros das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS. Também organizações pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, trabalhadores rurais. Bem como, o movimento social indígena caracterizado pelas assembleias indígenas e organização da UNI. Convém ainda identificar que a constituição federal de 1988 fortaleceu os movimentos sociais evidenciando a democracia como uma de suas principais bases, sendo esta o princípio básico dos movimentos sociais.

Explorando mais sobre a resistência indígena no contexto dos anos 1980, é possível dizer que foi um período de expansão e consolidação das formas de organização, como nos demais movimentos. Essa reconfiguração colaborou para que os povos indígenas buscassem cada vez mais a pauta de sua integralização, para alcançar os mesmos direitos oportunizados pelos demais cidadãos. FERNANDES (2018; p.77) enfatiza que:

Nos anos 1980, democracia, cidadania e direitos humanos foram temas de primeira ordem nas agendas dos movimentos sociais. Os movimentos indígenas, para além das especificidades étnicas, não estavam alheios às mudanças políticas e nem ao contexto social brasileiro.

Posterior a isso, o processo de lutas da resistência indígena no Brasil esbarra-se no período dos anos 1990, com inúmeros desafios, uma vez que essa década foi caracterizada por uma retomada dos retrocessos da classe trabalhadora e grupos minoritários. E, é claro, que esses retrocessos afetariam a questão indígena e seus movimentos de articulação e resistência. Isto afetaria o movimento indígena, ao passo que a interlocução entre o sistema governamental e essas minorias ficaria inacessível, bem como a “implementação de políticas desenvolvimentistas de caráter liberal-capitalista” (FERNANDES, 2018. p.75), bem como as privatizações e liberação de mercado, dando brechas ao extrativismo e exploração de recursos minerais que afetam diretamente os interesses indígenas que são colocados de lado.

No que se refere aos governos posteriores dos presidentes Lula e Dilma, pôde-se identificar que sobre os aspectos de políticas públicas voltadas ao indígena nesses governos houve significativas melhorias. Os governos do partido dos

trabalhadores tiveram uma predileção para manter as bases democráticas e procuraram seguir o que está posto na Constituição Federal de 1988. Através do movimento indígena promovido pelas suas lideranças em comum diálogo com o Governo Lula é que se pôde homologar milhões de hectares como terras indígenas, ou seja, se tinha uma escuta sobre os anseios do movimento social que representa uma cultura e ancestralidade que são inerentes ao país. Já no governo Dilma, não houve avanço (CIMI, 2013). Todos estes aspectos aqui tratados demonstram a necessidade da pauta indígena, de estudo e pesquisa sobre as formas de resistir e se organizar.

E, por fim, no governo de Jair Bolsonaro governo, os movimentos indígenas foram amplamente enfraquecidos por falta de responsabilidade para com as pautas das comunidades, desse modo, não houve nenhum tipo de negociação com relação a demarcações de terra e o desmonte dos serviços de proteção indígena ficou cada vez mais visível, sendo esta uma das maiores ameaças já existentes. Em fala durante o encontro com parlamentares do Partido Democratas, em Brasília - DF, o presidente Bolsonaro destacou (2018): “Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena. Ponto final”. Daí se observa e faz-se uma análise de que cada vez mais o futuro dos povos indígenas tem sido ameaçado. (PORTAL, O Globo. 2018).

Ao colocar essa retrospectiva, se faz possível entender como se desenvolvem os movimentos sociais indígenas até o contexto atual. Nos dias de hoje, uma das provas da vitória da democracia sobre a repressão foi a elaboração da Constituição Federal de 1988 e nela consta a formalização dos direitos voltados ao bem estar, preservação e conservação da vida indígena. Nesse ínterim, se compreende que os movimentos e articulações dos povos indígenas são cruciais em defesa da garantia de seus direitos pelo Estado, a pressão dessas organizações é o que proporciona os avanços devido ao fato de que o Estado ainda se mantém em moldes neoliberais.

Sendo assim, as formas de atuação encontradas pelos indígenas para reivindicação de seus direitos são uma peça importante no traçar dos mecanismos de organização da luta. As assembleias, conselhos, ocupações, protestos e participação em órgãos representativos são algumas das formas de iniciativa direta dos indígenas no intuito de sua preservação. Essas formas de atuação também ocorrem nos aldeamentos no ponto em que as lideranças articulam com o seu povo

através da linguagem propostas de melhorias e enfrentamento às ameaças sofridas e ofensivas governamentais, chamando para os espaços de luta.

Toda essa luta dos movimentos sociais fortaleceram o debate da educação escolar indígena, pois, esta é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reconhece a necessidade de uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural para os povos indígenas (SOARES, et al. 2021). Essa modalidade de ensino busca atender às especificidades culturais, históricas e linguísticas das comunidades, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e a preservação da identidade étnica. A criação de escolas indígenas e a formação de professores oriundos das próprias comunidades têm sido fundamentais para assegurar uma educação mais próxima da realidade e das necessidades desses povos, fortalecendo sua autonomia e autoestima. A Constituição Federal de 1988 prevê que:

[...] os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia. (BRASIL, 1988, p. 72).

Nesse sentido, a proposta da educação escolar indígena envolve a elaboração de currículos específicos que respeitem as tradições e os modos de vida das comunidades. Esses currículos integram os conhecimentos tradicionais indígenas, como práticas agrícolas, medicina natural e histórias orais, com conteúdos do ensino formal, como matemática, ciências e língua portuguesa. Além disso, o ensino bilíngue é um pilar central, permitindo que as crianças aprendam tanto na língua indígena quanto na língua portuguesa, fortalecendo suas raízes culturais enquanto se capacitam para interagir com o mundo externo. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos aptos a preservar sua cultura e a participar de maneira crítica na sociedade. (MORAIS e PALMA, 2019).

Assim, pode-se compreender que movimentos sociais indígenas têm desempenhado um trabalho essencial na luta pelo reconhecimento e fortalecimento da educação escolar indígena no Brasil. Por meio de mobilizações, diálogos com o Estado e parcerias com organizações não governamentais, esses movimentos têm reivindicado o direito a uma educação que respeite as especificidades culturais,

linguísticas e sociais de suas comunidades. Segundo o autor Daniel Munduruku³ (2012) uma das principais contribuições é a inserção da educação diferenciada e bilíngue nas políticas públicas, o que possibilitou a criação de escolas indígenas e currículos adaptados às realidades locais. Essas ações têm garantido que a educação escolar não apenas atenda às exigências formais do sistema educacional, mas também fortaleça os saberes tradicionais e a identidade cultural dos povos indígenas.

Por fim, os movimentos sociais indígenas têm sido essenciais na resistência contra a imposição de modelos educacionais colonizadores e na reivindicação de políticas públicas que respeitem a autonomia das comunidades. Ao articularem suas demandas em espaços nacionais e internacionais, esses movimentos garantem visibilidade e pressionam o poder público a cumprir com suas obrigações legais e constitucionais. A educação, nesse sentido, torna-se um instrumento de empoderamento, pois permite que os povos indígenas preservem suas culturas, defendam seus territórios e lutem por seus direitos. Assim, as contribuições dos movimentos sociais indígenas não apenas impactam positivamente a educação escolar, mas também representam uma ferramenta de transformação social e fortalecimento da cidadania indígena no Brasil.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico e exploratório, caracterizando-se como uma abordagem qualitativa (GIL, 2002). O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura, com o objetivo de levantar e analisar produções acadêmicas já publicadas em periódicos nacionais que abordam a temática da educação indígena e a contribuição dos movimentos sociais para o fortalecimento desse direito nas comunidades tradicionais.

³ PORTAL, Global Editora. Nasceu em Belém, PA, filho do povo Indígena Munduruku. Formado em Filosofia, com licenciatura em História e Psicologia, integrou o programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na USP. Esteve em vários países da Europa, participando de conferências e ministrando oficinas culturais para crianças. Autor de Histórias de índio, coisas de índio e As serpentes que roubaram a noite, os dois últimos premiados com a Menção de livro Altamente Recomendável pela FNLIJ. Seu livro "Meu avô Apolinário" foi escolhido pela Unesco para receber Menção Honrosa no Prêmio Literatura para Crianças e Jovens na questão da tolerância. Entre outras atividades, participa ativamente de palestras e seminários destacando o papel da cultura indígena na formação da sociedade brasileira.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, foram selecionados artigos e materiais que tratam dos conceitos fundamentais relacionados à educação indígena, direitos humanos e políticas públicas, com ênfase no Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O levantamento das fontes foi realizado em bases de dados acadêmicas e bibliotecas virtuais nas plataformas *Google Acadêmico* e *Scielo*, priorizando produções atualizadas e que apresentassem relevância no campo educacional e social.

A abordagem qualitativa possibilitou a interpretação aprofundada dos dados levantados, buscando identificar as principais contribuições dos movimentos sociais indígenas e os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas à educação diferenciada. A análise dos textos selecionados foi conduzida de maneira crítica e reflexiva, permitindo construir uma visão consolidada do tema e identificar lacunas que podem ser aprofundadas em futuras pesquisas.

Plataforma	Palavra Chave	Ano pesquisado	Tese	Dissertação	Artigo	TOTAL
Google Acadêmico	Movimentos sociais indígenas	A qualquer momento	Não existe Filtro	Não existe Filtro	Não existe Filtro	320.000
Google Acadêmico	Educação Intercultural	A qualquer momento	Não existe Filtro	Não existe Filtro	Não existe Filtro	134.000
Google Acadêmico	Comunidades Indígenas	A qualquer momento	Não existe Filtro	Não existe Filtro	Não existe Filtro	27.500
Google Acadêmico	Educação e Direitos Humanos	A partir de 2020	Não existe Filtro	Não existe Filtro	Não existe Filtro	18.400

SciELO	Movimentos Indígenas no Brasil	A qualquer momento	0	0	14	14
SciELO	Educação e Movimento Social Indígena	A qualquer momento	0	0	4	4

Fonte: Elaborado pela autora

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa evidenciam a importância dos movimentos sociais indígenas na luta pela implementação e fortalecimento da educação escolar indígena no Brasil. A revisão de literatura destacou que essas mobilizações têm sido fundamentais para a garantia de uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e em legislações posteriores. As articulações promovidas pelos movimentos sociais não apenas ampliaram a visibilidade das demandas indígenas, mas também influenciaram a criação de políticas públicas específicas, como a elaboração de currículos contextualizados e a formação de professores indígenas. Esse protagonismo tem sido essencial para assegurar que o sistema educacional dialogue com as realidades culturais e sociais dessas comunidades, fortalecendo sua identidade e autonomia.

No entanto, os resultados também revelaram desafios significativos na implementação prática dessas políticas. Apesar das conquistas legais, muitos estudos apontam a precariedade da infraestrutura escolar, falta de incentivo de alguns dos governantes ao longo dos anos, a escassez de materiais didáticos adaptados e a falta de investimentos contínuos como barreiras que ainda persistem. Além disso, observa-se que o ensino bilíngue e intercultural, embora reconhecido, nem sempre é efetivamente aplicado, seja pela carência de educadores capacitados, seja pela dificuldade em integrar os saberes tradicionais aos currículos formais. Esses desafios expõem a necessidade de um compromisso mais efetivo do poder público e de um diálogo constante com as comunidades indígenas, para que suas demandas sejam plenamente atendidas.

Por fim, a análise dos artigos revela que a educação escolar indígena, impulsionada pelos movimentos sociais, tem um papel transformador não apenas na preservação cultural, mas também no empoderamento dessas populações. As experiências bem-sucedidas demonstram que, quando implementada de forma adequada, a educação indígena fortalece a autoestima das novas gerações, capacita lideranças locais e promove a conscientização sobre os direitos dos povos indígenas. Assim, os resultados desta pesquisa ressaltam que a educação, aliada ao protagonismo indígena e ao apoio institucional, é uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que respeite a diversidade e os direitos fundamentais das comunidades tradicionais.

Dentre essas contribuições, é necessário ressaltar algumas personalidades da luta indígena que tiveram sua realidade transformada por meio da educação, esta que é uma importante ferramenta de desenvolvimento e emancipação dos indivíduos. Como se pode observar abaixo segundo o Portal Synergia Socioambiental:

Figura 1: Daniel Mundukuru



Fonte: Portal Synergia Socioambiental, 2021.

Daniel é Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, Mundukuru tem mais de 54 livros publicados no Brasil e no exterior. Já recebeu prêmio nacionais e internacionais, incluindo o renomado Prêmio Jabuti. Sua obra é composta principalmente de literatura infanto-juvenil e livros paradidáticos.

Figura 2: Cacique Raoni



Fonte: Portal Synergia Socioambiental, 2021.

Povo indígena Kayapó. Um dos líderes indígenas mais conhecidos do Brasil, o cacique é respeitado por defender a Amazônia e os povos indígenas da floresta. Em 2020, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Figura 3: Dra. Myrian Krexu



Fonte: Portal Synergia Socioambiental, 2021.

Povo Guarani Mbyá. Uma das primeiras médicas indígenas a se formar no Brasil, em 2013, Myrian é a primeira cirurgiã cardiovascular indígena do país.

Figura 4: Ailton Krenak



Fonte: Portal Synergia Socioambiental, 2021.

Povo Krenak. Líder indígena, ambientalista, pesquisador e escritor, Krenak tem se destacado na defesa dos povos indígenas e do meio ambiente. Em 2020, foi eleito o intelectual do ano pela União Brasileira de Escritores.

Figura 5: Sonia Guajajara



Fonte: Portal O Globo, 2022.

Principal liderança indígena feminina no Brasil, Sônia é coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Nesse

sentido, pode-se perceber como é importante a articulação dos movimentos sociais indígenas para que as políticas públicas sejam, de fato, consolidadas, em prol dos direitos humanos.

4.1 Os obstáculos enfrentados para elaboração da pesquisa

Durante a elaboração desta pesquisa, um dos principais obstáculos foi a limitação de materiais específicos que tratam de forma aprofundada a relação entre os movimentos sociais indígenas e a educação escolar indígena no Brasil. Embora existam diversas publicações sobre educação indígena e direitos humanos, nem todas abordam a contribuição direta dos movimentos sociais para a construção e implementação dessas políticas. Além disso, a dispersão dos materiais em diferentes bases de dados e periódicos exigiu um esforço adicional para localizar artigos relevantes e atualizados que pudessem embasar o estudo de maneira consistente e crítica.

Outro desafio significativo foi a necessidade de interpretar as informações de maneira crítica, considerando a pluralidade cultural e social dos povos indígenas. A diversidade de contextos e realidades das diferentes comunidades torna complexa a análise generalizada das políticas públicas e dos impactos dos movimentos sociais. Por essa razão, foi necessário selecionar de forma criteriosa os materiais que apresentassem dados contextualizados, respeitando a singularidade do tema. Essa dificuldade, somada ao caráter qualitativo da pesquisa, exigiu um processo minucioso de leitura e análise das fontes, com o objetivo de garantir que os resultados fossem representativos e contribuíssem efetivamente para a compreensão do tema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender a importância dos movimentos sociais indígenas para o fortalecimento da educação escolar indígena no Brasil, destacando suas contribuições na construção de uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. Ao longo do estudo, observou-se que essas mobilizações têm sido fundamentais para garantir que os direitos educacionais dos povos indígenas sejam respeitados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e em políticas públicas subsequentes. A atuação desses movimentos possibilitou avanços significativos, como a implementação de escolas indígenas, a elaboração

de currículos adaptados e a formação de professores oriundos das próprias comunidades, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e da identidade cultural.

No entanto, apesar das conquistas, persistem desafios que dificultam a plena efetivação da educação escolar indígena no país. A falta de infraestrutura adequada, a carência de materiais didáticos contextualizados e a ausência de investimentos contínuos são barreiras recorrentes que comprometem a qualidade do ensino oferecido. Além disso, a dificuldade em conciliar os conhecimentos tradicionais com as exigências do currículo formal nacional demonstra a necessidade de um diálogo mais profundo entre os gestores públicos e as comunidades indígenas. Essa situação evidencia que, embora as políticas educacionais tenham avançado, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a educação indígena se consolide como um direito efetivo e respeite as especificidades culturais dos povos indígenas.

A pesquisa também mostrou que a educação escolar indígena vai além do ensino formal, assumindo um papel transformador na preservação cultural e no empoderamento dessas populações. Quando conduzida de maneira respeitosa e contextualizada, a educação fortalece as novas gerações, capacitando-as para a defesa de seus direitos, a preservação de suas tradições e a participação ativa na sociedade contemporânea. Os movimentos sociais, nesse sentido, atuam como mediadores essenciais para garantir que as vozes indígenas sejam ouvidas e que suas demandas sejam incorporadas às políticas públicas, promovendo uma educação que, ao mesmo tempo, respeita e valoriza a diversidade cultural.

Por fim, conclui-se que a educação escolar indígena, aliada ao protagonismo dos movimentos sociais, representa uma poderosa ferramenta de transformação social. Para que os avanços se consolidem, é fundamental o comprometimento do poder público com a implementação de políticas educacionais que respeitem a autonomia e os saberes tradicionais dos povos indígenas. Além disso, é imprescindível o fortalecimento do diálogo intercultural, garantindo que a educação seja um instrumento de inclusão, respeito à diversidade e promoção da justiça social. Assim, a valorização da educação indígena não apenas fortalece essas comunidades, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

6. REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania ativa e democracia no Brasil. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 21-31, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 27/06/2024

_____. COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2018. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf> > Acesso em: 20/08/2024

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm > Acesso em: 14/09/2024

CIMI, Conselho Indigenista Missionário; Análise: a política do Governo Dilma para os povos indígenas e quilombolas condicionada a um perigoso pacto nacional com os ruralistas; 2013

_____, Conselho Indigenista Missionário; Movimento e organizações indígenas no Brasil; 2008 Disponível em: < <https://cimi.org.br/2008/07/27614/> > Acesso em: 18/10/2024.

_____, Conselho Indigenista Missionário; Relatório violência contra os povos

indígenas no Brasil dados de 2011; Brasília: 2011 Disponível em:
<<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/>> Acesso em:
18/10/2024.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERNANDES, Fernando Rocha; **Cidadanização e etnogêneses no Brasil: apontamentos a uma reflexão sobre as emergências políticas e sociais dos povos indígenas na segunda metade do século XX**; Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 31, no 63.

FLEURI, Reinaldo Mathias. Desafios à educação intercultural no Brasil. **PerCursos**, v. 2, 2001. Disponível em: <
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1490>> Acesso em:
28/11/2024

Geographical Information Systems. National Geography Society. **Ditadura militar quase dizimou os waimiri atroari – e indígenas temem novo massacre**; 2019. Disponível em: <
<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/04/ditadura-militar-waimiri-atroari-massacre-genocidio-aldeia-tribo-amazonia-indigena-indio-governo>> Acesso em: 18/10/2024

GIL, Antônio Carlos. "Metodologia científica." *São Paulo* 3 (2002).

GOHN, Maria da Glória . Movimentos sociais na contemporaneidade **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

MORAIS, Jayson Souza de; PALMA, Rogerio da. Educação escolar indígena contra o epistemicídio. **Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade**, v. 6, n. 11, p. 217-232, 2019. Disponível em: <

<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7819> > Acesso em: 10/09/2024

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Cortez Editora. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. San Francisco, 1945. Disponível em: < <https://www.un.org/en/about-us/un-charter> > Acesso em: 27/06/2024.

O GLOBO. “Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena”, diz Bolsonaro durante encontro com parlamentares do DEM. O Globo, 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890> > Acesso em: 10/11/2024

POJO, ELIANA CAMPOS; BERG, HEIDI SORAIA; ALBUQUERQUE, MSC. Fundamentos da Educação Indígena. **Brasília: Universidade de Brasília**, 2008.

PORTAL, Synergia Socioambiental. **Mês da Pessoa Indígena – conheça algumas das pessoas indígenas que são destaque na atualidade 2021**.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1970.

SOARES, Livia Késsia da Silva Rocha et al. Educação escolar indígena no Brasil: avanços e retrocessos ao longo da história da educação. In: **EDUCAÇÃO: PESQUISA EM LINGUAGENS, LEITURA E CULTURA**. Editora Científica Digital, 2021.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. Editora Companhia das Letras, 2017.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos e democracia: história, trajetórias e desafios nos quinze anos do PNEDH. **Educ. Form.**, v. 3, n. 7, p. 137-161, 2018. Disponível em: <
<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/176> > Acesso em: 20/08/2024